

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.600 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2002

CCJ aprova projeto que proíbe motorista de fumar ao volante

Fumar ao volante com o veículo em movimento poderá ser terminantemente proibido. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem projeto que aumenta a punição para essa prática – atualmente tratada como infração média pelo Código de Trânsito Brasileiro. A CCJ aprovou várias outras propostas, como a que reforça o combate ao trabalho escravo e a que cria, no Senado, a Comissão de Participação

PÁGINAS 4 E 5



Célio Azevedo

A comissão acolheu projeto que cria fonte de receita para instituições públicas de pesquisa e proposta que responsabiliza dirigentes por consequências de desastres previstos pela defesa civil

Mínimo de R\$ 220 está garantido com reposição do INPC, diz ministro

PÁGINA 6



Guilherme Dias (E) participa de audiência na Comissão de Orçamento

José Cruz



José Cruz

Grande parte dos recursos aprovados pelo Congresso é destinada à promoção de ações de saúde pública

Congresso concede créditos para ministérios e estatais

PÁGINA 6

Aprovado uso de FGTS para compra de lote residencial

PÁGINA 7

Universidades da Amazônia podem ter mais verbas

PÁGINA 3

Plenário deve votar mais quatro MPs terça-feira

Senado recebe hoje medidas provisórias aprovadas pela Câmara dos Deputados. Ramez Tebet anuncia que as matérias, que obstruem outras votações, serão incluídas na pauta da primeira sessão deliberativa da próxima semana

O presidente do Senado, Ramez Tebet, anunciou que hoje a Casa recebe da Câmara quatro medidas provisórias (MPs) para serem submetidas à deliberação dos senadores. As MPs serão lidas e constarão da ordem do dia de terça-feira. Caso não haja deliberação sobre elas, a pauta de votações ficará obstruída.

Tebet também anunciou que serão votados na próxima semana os

pedidos de autorização para empréstimos que foram objeto de requerimento de urgência na sessão de ontem.

Duas propostas de emenda à Constituição estão em pauta hoje. A que cria compensação financeira, com receita do Imposto de Importação, aos estados que tiverem saldo positivo na sua balança com o exterior, terá a terceira sessão de discussão

em primeiro turno. A que estende a aplicação do salário-educação à educação infantil pública tem sua primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Na ordem do dia há ainda 13 autorizações para funcionamento de rádios comunitárias; três outorgas de permissão; e uma outorga de concessão para o funcionamento de rádio.

CFC não está cumprindo sua função, afirma Amir Lando

“A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) se transformou numa caixa fechada e não vem cumprindo a sua principal função constitucional, que é, como o próprio nome diz, fiscalizar os atos do Executivo. A comissão, que deveria ser das mais importantes na



Para Amir Lando, comissão “transformou-se num colegiado inútil”

estrutura do Senado, transformou-se num colegiado inútil.”

O desabafo foi feito na manhã de ontem pelo próprio presidente da CFC, senador Amir Lando (PMDB-RO). Ele defendeu que a comissão tenha maior atuação e apure com rigor denúncias de corrupção ou malversação de dinheiro público, “nem que essas investigações sejam feitas em caráter sigiloso”.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) concordou com as afirmações de Amir Lando, mas observou que a culpa é da própria base do governo, que, ao longo dos últimos anos, sempre impediu mai-

or fiscalização dos atos do Executivo. É por isso que, na sua opinião, as investigações de denúncias não prosperaram.

Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), o trabalho da CFC é prejudicado porque a nenhum governo interessa a apuração de fatos que possam comprometer figuras do próprio governo. Mas ele antecipou que, no ano que vem, quando irá pertencer à base do governo, lutará para que a comissão cumpra seu papel constitucional de fiscalizar e investigar atos do Poder Executivo.

Na reunião de ontem, a CFC aprovou três cópias de decisões e acordões do Tribunal de Contas da União sobre empresas do governo, entre elas auditoria feita na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba (Codevasf).

Mudança em concurso volta à pauta dia 20

O Senado realizou ontem o terceiro e último dia de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza o serviço público a realizar processo seletivo para desenvolvimento funcional dos servidores. A votação da proposta foi adi-



Sebastião Rocha quer valorizar experiência profissional do servidor

ada para 20 de novembro, de acordo com o presidente do Senado, Ramez Tebet, devido à falta de quórum. O painel registrou 48 votos – para aprovação de PECs são necessários pelo menos 49 –, mas, segundo o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ainda havia parlamentares dispostos

a votar, o que deveria levar à rejeição da proposta.

– Esse procedimento nunca foi adotado e pode ser aberto um precedente perigoso – disse Dutra.

A proposta autoriza o serviço público a realizar processo seletivo no desenvolvimento funcional dos servidores que querem ter acesso a cargos mais elevados na carreira. Tal processo, no entanto, terá de ser aberto a todos os servidores (e não apenas do órgão que fizer a seleção) e a qualquer pessoa que não seja servidora pública. O que está sendo votado é

o substitutivo do relator, senador José Fogaça (PPS-RS) prevendo a participação de qualquer funcionário ou não-funcionário nesses processos seletivos. Para ele, caso não houvesse essa abertura, o que não estava previsto no texto original do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), a Constituição seria ferida, uma vez que exige concurso público.

O teor da proposta, aprovada em primeiro turno em abril, foi amplamente discutido ontem. O autor e o relator disseram que ela tem o mérito de valorizar o servidor e sua experiência profissional. Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) chamou atenção para a possível criação de “uma via transversa a fim de evitar o concurso público”.

Lindberg Cury pede aprovação do Fundo do Distrito Federal

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) pediu ontem a aprovação do Senado à criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). O fundo, que ainda precisa ser votado na Câmara dos Deputados, garante o repasse automático de recursos para custear os gastos com saúde, segurança e educação no DF. De acordo com o parlamentar, sua dotação orçamentária para o ano que vem seria de R\$ 3,3 bilhões.

Lindberg acredita que os deputados devem aprovar o fundo já na

semana que vem, uma vez que a matéria tramita na Câmara em regime de urgência. Ele disse que o governo federal já tem a obrigação constitucional de cobrir os gastos do DF nessas três áreas, mas os recursos são insuficientes para atender à demanda crescente.

– O governo local vive de pires na mão na porta dos ministérios e do



Segundo Lindberg Cury, governo do DF “vive de pires na mão”

Palácio do Planalto pedindo mais verbas para cumprir seu trabalho institucional. O resultado são filas nos hospitais, falta de remédios, policiais insuficientes, poucos professores. Enfim, é a administração do caos – afirmou.

O parlamentar lembrou que Brasília foi planejada para ser uma cidade administrativa e abri-

gar 500 mil habitantes, mas conta hoje com mais de 2 milhões apenas no Distrito Federal. A estes, acrescentou, soma-se o contingente populacional das cidades do Entorno, o que representa forte pressão pela prestação de serviços públicos.

Atualmente, metade do orçamento do governo do Distrito Federal é bancada pela União. Cerca de dois terços da folha de pagamento dos 145 mil servidores locais são pagos pelo governo federal, incluindo professores, médicos e policiais.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 14 DE NOVEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 14/02, que cria compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para as unidades da Federação que produzirem saldo positivo na sua balança com o exterior; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 2/02, que altera o parágrafo 5º do art. 212 da Constituição federal (destinação do salário-educação); PDLs aprovando atos que autorizam o funcionamento de rádios comunitários e a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 519/02, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 19/99 com o PLC nº 54/02, por regulamentar sobre a mesma matéria.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Universidades da Amazônia terão mais recursos

Senado aprovou, em primeiro turno, proposta do senador Mozarildo Cavalcanti que destina 0,5% da arrecadação do IR e IPI para instituições federais de ensino superior localizadas na região. Matéria ainda será votada em segundo turno

Autorizado empréstimo para modernizar TCU

Em regime de urgência e por maioria simples, o Senado autorizou a União a contratar empréstimo no valor de US\$ 5 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o financiamento parcial de programa de apoio à modernização do Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto teve parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR) e vai agora a promulgação.

Com os recursos, o governo tem por objetivo o fortalecimento institucional do TCU, para aumentar sua eficiência no controle dos gastos públicos, contribuindo para a efetiva gestão dos recursos administrados pelo governo. Autorizada a contratação, o empréstimo ficará ainda condicionado à compatibilização com a política fiscal e da execução orçamentária.

Subsecretaria de Arquivo do Senado será ampliada

O Senado aprovou ontem projeto de resolução do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dispondo sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo. A iniciativa reestrutura o órgão, ampliando de dois para seis o número de serviços a ela subordinados, e vai agora a promulgação.

O projeto também institui a especialidade de Arquivologia nos níveis superior e intermediário do quadro de pessoal do Senado, criando 15 cargos dessa especialidade em cada um deles. E cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, determinando o recolhimento de todos os documentos que instruírem petições e representações dirigidas ao Senado.

Lúcio Alcântara disse que seu objetivo foi enquadrar a estrutura administrativa da Subsecretaria de Arquivo em uma nova realidade, com o objetivo de compatibilizar o Senado com a legislação arquivística vigente.

Em primeiro turno, o Senado aprovou ontem proposta de emenda à Constituição do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que aumenta o percentual de recursos destinados às universidades federais localizadas na Amazônia Legal. Pelo texto, as instituições federais de ensino superior localizadas na região terão direito a 0,5% dos recursos provenientes dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). A verba deve ser aplicada em programas de extensão, ensino e pesquisa voltados para o desenvolvimento sustentável.

Hoje, a União repassa 47% do que arrecada com o IPI e com o Imposto de Renda da seguinte

forma: 21,5% aos estados e Distrito Federal (Fundo de Participação dos Estados – FPE), 22,5% aos municípios (Fundo de Participação dos Municípios – FPM) e 3% aos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A PEC aprovada aumenta o percentual para 47,5%, a fim de repassar a diferença de 0,5% para essas universidades. Já os percentuais destinados ao FPE, FPM e fundos constitucionais continuam o mesmo. O texto ainda voltará ao Plenário para ser votado em



Mozarildo agradeceu as manifestações de apoio recebidas

segundo turno. Segundo o autor da proposta, seu objetivo “é disseminar conhecimentos voltados para a melhoria do nível das atividades econômicas na Amazônia Legal, propiciando-lhe o desenvolvimento sustentável, a exploração

riquezas naturais e a conseqüente preservação dos ecossistemas”.

No curso da votação, Mozarildo Cavalcanti agradeceu as manifestações favoráveis que sua proposta mereceu em Plenário. Ele

disse que sua iniciativa faz justiça não só à Amazônia, mas principalmente ao Brasil, pois consiste numa ação afirmativa em favor da educação. Em sua opinião, é com investimento em educação que a Amazônia se nivelará ao restante do Brasil, ajudando a eliminar as desigualdades regionais.

O relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), cumprimentou Mozarildo pela iniciativa e disse que esses novos recursos atuarão em favor da melhoria da qualidade dos profissionais formados na região. No entender de Luiz Otávio, as pessoas que moram na Amazônia também precisam se qualificar para os desafios da globalização.

Senadores elogiam medida concreta para desenvolver ensino superior

Nove senadores se manifestaram na votação da PEC que aumenta os recursos das universidades federais situadas na Amazônia Legal. A proposta foi aprovada por 55 votos a favor e dois contrários e vai ser votada ainda em segundo turno.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) considerou a proposta muito interessante e disse que ela prioriza a Amazônia “de uma forma concreta, no caminho da educação, da ciência e da tecnologia”.

Já o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a proposta traduzia elevado espírito público, por considerar a importância que tem a Amazônia no cenário nacional. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) definiu a iniciativa como uma das mais importantes que Mozarildo apresentou nesta legislatura.

Carlos Patrocínio (PTB-TO) classificou a PEC como importante não só para a Região Norte, mas sobretudo para o Brasil. “Muito se

tem falado em desenvolvimento sustentado, mas não se tem procurado os meios para que isso ocorra no país”, observou ele, dizendo que a proposta de Mozarildo cumpre esse papel.

Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que ninguém na Casa é tão pleno de sentimento pela pátria amazônica quanto Mozarildo Cavalcanti. Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a proposta vinha em momento oportuno, quando as universidades sofrem carência de recursos e enfrentam em seus quadros o desfalque de professores.

Em nome de Mato Grosso, Jonas Pinheiro (PFL) agradeceu pela “feliz iniciativa”. Nabor Júnior (PMDB-AC) lembrou que as instituições de ensino da região amazônica estão enfrentando crise financeira sem precedentes. E Renan Calheiros (PMDB-AL) informou que seu partido também era favorável à aprovação da matéria.

Proposta é ação afirmativa de combate à desigualdade regional, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti, ao defender proposta de emenda constitucional de sua autoria que destina recursos para universidades federais da Amazônia Legal, explicou que os recursos devem ser necessariamente empregados em programas de ensino, pesquisa e extensão voltados à promoção do desenvolvimento sustentável.

Mozarildo informou que a proposta surgiu do debate entre os reitores das universidades federais da Amazônia, diante da constatação de que sempre há uma destinação maior de recursos para as universidades maiores e com mais alunos.

– A proposta é uma ação afirmativa em favor da Amazônia e vai ajudar no combate à desigualdade regional através do melhor caminho, que é a educação – afirmou.

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse em aparte que o desenvolvimento sustentável da Ama-

zônia depende de conhecimento e tecnologia. Para ele, a aprovação da PEC seria “uma grande demonstração de prioridade política” para a Amazônia.

O senador Eduardo Siqueira (PSDB-TO) ressaltou o aspecto estratégico da proposta como instrumento para diminuição das desigualdades regionais. Ele também destacou a visão de Mozarildo em relação à ocupação ordenada do território nacional.

Mozarildo lembrou que o importante é olhar a proposta como um tema nacional, lembrando que a Amazônia Legal ocupa 60% do território nacional e tem cerca de 25 milhões de habitantes. Ele ressaltou que a região é um laboratório a céu aberto e chamou a atenção para as denúncias que vêm sendo feitas pela imprensa nacional sobre a ação ilegal de pesquisadores estrangeiros que estão estudando a biodiversidade amazônica.

Aprovado limite de gastos das câmaras de vereadores

Os legislativos municipais terão seus gastos limitados. É o que dispõe proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO), aprovada pelo Plenário do Senado. Nenhum senador posicionou-se contra a proposta, que recebeu 56 votos favoráveis. Houve uma abstenção.

De acordo com a proposta, que segue para votação na Câmara dos Deputados, as despesas das câmaras de vereadores de cidades com até 100 mil habitantes não poderão ultrapassar 8% das receitas líquidas municipais. No caso das cidades que possuem entre 100 mil e 300 mil habitantes, o limite é de 6%; e de 5% para municípios

com mais de 500 mil habitantes.

O atual texto constitucional impõe o limite de 5% das receitas municipais para o comprometimento com o pagamento dos salários dos vereadores. Este tipo de receita, de acordo com a proposta de Quintanilha, relatada pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), estaria incluída no novo limite.



Projeto de Quintanilha foi acolhido pelo Plenário do Senado

Além disso, a proposta considera crime de responsabilidade, cometido pelo prefeito, o repasse acima dos limites estabelecidos pela Constituição. Crime também é não enviar recursos para o Legislativo até o dia 20 de cada mês ou enviá-los em valores menores aos estabelecidos pela lei orçamentária.

Projeto reforça combate ao trabalho escravo

Aprovada em turno suplementar pela CCJ, proposta facilita a identificação de situações que podem caracterizar escravidão disfarçada. Se não houver recurso para votação no Plenário, projeto seguirá ao exame da Câmara

Maior rigor no combate à exploração do trabalho escravo no Brasil é o que permite projeto de lei aprovado ontem, em turno suplementar, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), a proposta recebeu substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE). O projeto altera o art. 149 do Código Penal, que tipifica como crime punível com pena de reclusão de dois a oito anos "reduzir alguém à condição análoga à de escravo".

A proposta, acolhida em decisão terminativa, especifica com clareza as situações que podem caracterizar escravidão disfarçada: submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva; sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho; ou, ainda, restringir sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra, citados por Ornélas, há hoje, no Brasil, cerca de 25 mil pessoas submetidas a condições semelhantes às de escravo. Se não for apresentado recurso para votação no Plenário do Senado, a matéria seguirá logo para o exame da Câmara dos Deputados.

Além da pena de prisão, os responsáveis pela utilização de mão-de-obra forçada estarão sujeitos a punições correspondentes à violência praticada, bem como ao pagamento de multas. A pena será aumentada da metade se o crime for cometido contra criança ou adolescente ou por motivo de



Waldeck Ornélas alega que falta de clareza na tipificação do crime dificulta punição dos infratores

preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, estabelece a proposição.

Segundo Waldeck Ornélas, ainda é preocupante, no Brasil, a situação de trabalhadores rurais em extrema pobreza que, desesperados, chegam a suportar modos aviltantes de exploração de sua força de trabalho. O senador explica que a característica mais comum do trabalho forçado nas zonas rurais brasileiras é o mecanismo de endividamento, que retém o trabalhador na propriedade até a quitação de débitos a ele atribuídos de maneira fraudulenta.

Ele destaca, ainda, que só no ano passado o Ministério do Trabalho conseguiu resgatar um total de 1.362 pessoas submetidas ao trabalho escravo no país.

— E apesar de todo o aparato legal e das denúncias, desde 1995 apenas três pessoas foram condenadas com base no crime previsto no Código Penal. A falta de clareza na tipificação e na regulamentação do que venha a ser o crime de submeter alguém ao trabalho escravo tem dificultado a punição dos criminosos — acrescenta Ornélas, para quem, com a legislação proposta, essas dificuldades serão sanadas.

Omissão em desastre pode punir governante

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) favorável a projeto elaborado pela Comissão Temporária do El Niño com o objetivo de permitir que o presidente da República, os governadores de estado e os prefeitos sejam considerados responsáveis pelas consequências de desastres que tenham sido previstos por órgão ou entidade do sistema de defesa civil.



Parecer de Maguito Vilela foi aprovado pela Comissão de Justiça

Conforme a matéria, os prefeitos poderão ser julgados pela prática de crime funcional, e os governadores e o presidente da República, por ilícito político-administrativo, se ficar provado que eles não tomaram as medidas preventivas necessárias para evitar ou minimizar os efeitos de desastre cuja previsão foi a eles comunicada por órgãos da defesa civil, como o corpo de bombeiros.

As penas fixadas para tal crime, no caso do prefeito, inclui também prisão de três meses a três anos. O fórum de julgamento será o Tribunal de Justiça do estado a que pertencer o município afetado.

Na hipótese de a omissão ser do presidente da República, o Senado, desde que autorizado pela Câmara dos Deputados, deverá processá-lo e julgá-lo, ficando a autoridade sujeita à pena de perda de mandato e dos direitos políticos por oito anos. Já os governadores serão julgados de acordo com o que estiver previsto na Constituição estadual e na chamada "legislação integradora".

Na justificativa do projeto, os senadores que integraram a comissão temporária criada no Senado chamam a atenção para o fato de a história registrar vários casos de desastres, alguns de grande repercussão nacional, em que muitas pessoas perderam suas posses ou a vida pelo fato de o poder público não haver adotado medidas preventivas.

Osmar Dias justifica emenda que apresentou ao projeto já aprovado pelos deputados



Instituição pública deve ter mais autonomia em pesquisa

As instituições públicas de pesquisa vão poder negociar com empresas privadas, sob certas condições, os cultivares — sementes melhoradas de uma cultura — obtidos com base em pesquisas genéticas por elas realizadas. Isso é o que prevê substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) apresentado a projeto de lei, em tramitação desde 1999, de autoria do então senador Blairo Maggi, e que foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ao relatar a matéria, Osmar Dias preferiu apresentar emenda de mérito à proposta original, que simplesmente proibia a transferência do direito de propriedade intelectual, obtida em pesquisa de material genético vegetal, para entidades privadas. Para o relator, essa não é a melhor forma de se

garantir os direitos adquiridos com os investimentos públicos.

“Não há dúvida de que não se pode permitir e estimular a livre concessão das variedades vegetais criadas por nossos cientistas em centros de pesquisa públicos, para terem os lucros decorrentes de suas vendas apropriados por empresas privadas”, observou o relator, para quem os benefícios dessas conquistas genéticas devem ser revertidos para toda a coletividade e para o aumento da produção de alimentos no país.

Após várias consultas a órgãos públicos de pesquisa, principalmente à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o senador concluiu ser vital ao desenvolvimento dessas instituições a preservação da sua liberdade de entabular negociações com parceiros diversos.

Prática do nudismo pode deixar de ser ilícito penal

Ficar nu ao ar livre para desenvolver a saúde física e mental, por meio de plena integração com a natureza, poderá deixar de ser um ilícito penal. Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou projeto de lei originário da Câmara dos Deputados que estabelece regras para a prática do nudismo. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais, antes de ser votada no Plenário do Senado.

Na CCJ, o relator da matéria, senador José Fogaça (PPS-RS), observou que, apesar de muitos discordarem da prática do



José Fogaça ofereceu relatório favorável ao projeto da Câmara

naturismo, a Constituição brasileira preceitua a liberdade de expressão e de manifestação como fatores integrantes da própria cidadania. Para ele, proibir o nudismo, incluindo-o no rol das ilicitudes, seria o estabelecimento do preconceito e do cerceamento da liberdade.

Fogaça observa que, apesar dessa proteção constitucional, o nudismo sofre restrições e preconceitos e seus adeptos são conduzidos às delegacias policiais por ultraje ao pudor público, mesmo quando praticam o nudismo em locais privados.

Aumenta uso de serviço forçado

Segundo denúncia da Comissão Pastoral da Terra, está aumentando o trabalho escravo no Brasil. Registros de janeiro a agosto deste ano informam que foram apresentadas 3.180 denúncias da existência de trabalhadores em regime de escravidão. Só no Pará, 67 fazendas foram denunciadas até agosto deste ano, por escravizarem 2.771 trabalhadores. Outros 700 foram resgatados da escravidão no Maranhão e em Mato Grosso no mesmo período.

Nos últimos sete anos, a fiscalização móvel do Ministério do Trabalho, criada para averiguar e conferir as denúncias, resgatou 4.549 trabalhadores escravos, sendo 1.149 nos oito primeiros meses do ano.

Estatísticas da Secretaria da Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho, revelam que foram libertados do regime de escravidão, em 1999, 639 trabalhadores e, em 2000, 588.

Jucá sugere nova fonte de recursos para área social

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) sugeriu ontem a destinação de recursos arrecadados com a venda ou cobrança de tarifas pelo uso de terras públicas consideradas terrenos de marinha e seus acréscidos para os projetos sociais propostos pelo futuro governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A sugestão foi feita quando o senador pediu vistas de substitutivo a projeto de lei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A venda desses imóveis, explicou, poderá ser viabilizada com a aprovação do substitutivo do senador Osmar Dias (PDT-PR) à proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que extingue os chamados terrenos de marinha e seus acréscidos.

Jucá disse que deverá apresentar sugestões de melhoria do substitutivo de Osmar Dias com o objetivo fundamental de viabilizar a venda desses imóveis e de determinar que os recursos apurados sejam divididos entre os municípios que abrigam esses terrenos e a União (50% para cada um).

Em seu substitutivo, Osmar Dias procurou assegurar os interesses envolvidos na matéria pela União, estados, municípios e também pelas Forças Armadas, mais especificamente a Marinha e o Exército. Em seu parecer, o senador lembra que os terrenos de marinha tiveram origem ainda no tempo da colonização portuguesa, mercê da Ordem Régia de 21 de outubro de 1710, com as chamadas terras salgadas. Segundo o relator, a cobiça da Coroa portuguesa não estava voltada para a propriedade dessas terras, mas sim para o sal, a pesca e os lucros advindos daí.

Para Osmar, a reforma do Estado empreendida nos últimos anos não se coaduna com os terrenos de marinha, que transformam a União em grande proprietária de terras urbanas em muitos estados.

Além de garantir o domínio da União, dos estados e municípios nas edificações que abriguem órgãos públicos, inclusive áreas de faróis de sinalização náutica, a nova proposta, a ser examinada na próxima reunião da CCJ, deixa fora do alcance da extinção as praias, por estas constituírem "bens de uso comum do povo".

CCJ aprova punição rigorosa para motorista que fumar ao volante

Para Jefferson Péres, relator da matéria, medida acaba com qualquer dúvida na aplicação do código de trânsito, que já prevê multa para quem dirigir com apenas uma das mãos

Atenção, motoristas fumantes: fumar ao volante com o veículo em movimento vai ser terminantemente proibido. Isso é o que prevê projeto de lei aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proibição abrange o uso de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer produto fumífero, derivado ou não do tabaco.

A mais nova alteração ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB), se não motivar nenhum recurso para que a decisão seja sub-



Projeto de Gilvam Borges deve agora seguir para a Câmara dos Deputados

metida à deliberação do Plenário, seguirá diretamente para exame da Câmara dos Deputados.

A proposta, de autoria do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), recebeu parecer favorável do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), segundo o qual o hábito de fumar ao volante já é condenado de forma implícita pelo CTB, ao estabelecer multa de até 80 Ufirs (Unidade Fiscal de Referência – cujo último valor, ao ser extinta em 1996, era de R\$ 1,2130) para quem “dirigir com apenas uma das mãos ao volante”, o que caracteriza uma infração média.

No seu parecer sobre a matéria, com uma emenda de redação ao projeto original, Jefferson destaca que o cigarro “tende, natural-

mente, a distrair o fumante, levando-o a um certo distanciamento da realidade. Acrescente-se a isso o fato de que acender, levar à boca, descartar as cinzas repetidas vezes e, finalmente, apagar o cigarro são atitudes que roubam momentaneamente a atenção do motorista, inclusive o olhar, em detrimento da percepção plena e imediata das circunstâncias do tráfego à sua volta”.

Jefferson considerou a proposta de Gilvam Borges pertinente, por contribuir com a segurança no trânsito e com o afastamento de dúvidas que ainda persistam na aplicação do CTB.

Criada Comissão Permanente de Legislação Participativa

Se a Comissão Diretora do Senado confirmar decisão adotada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em breve a Casa contará com mais uma comissão permanente: a de Legislação Participativa, sugerida pela senadora Marina Silva (PT-AC) em projeto que recebeu parecer favorável do senador Osmar Dias (PDT-PR).

A Comissão Permanente de Legislação Participativa, que já conta com similar na Câmara dos Deputados, pretende, de acordo com a autora, estimular uma maior participação da sociedade na

elaboração legislativa.

A comissão, explica ela, ficará responsável pelo exame de matérias legislativas sugeridas pelos cidadãos organizados em associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades da sociedade civil. Só não poderão propor matérias, por essa via, os partidos políticos.

As sugestões, se acatadas, serão transformadas em proposições legislativas de autoria da Comissão Permanente de Legislação Participativa, que também irá emitir sua posição sobre pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas

e culturais ligadas às entidades já mencionadas.

Marina argumenta que a intenção é “contribuir para melhorar a imagem da Casa, desgastada ao longo de 2001, e estimular os grupos organizados a apresentarem sugestões legislativas, o que certamente contribuirá para democratizar a participação popular no processo legislativo”.

Já o relator, senador Osmar



Comissão irá aproximar sociedade da prática legislativa, diz Marina

Dias, enfatiza, em seu voto, que a futura comissão irá imprimir maior dinâmica às atividades legislativas.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Francelino Pereira (PFL-MG) manifestaram preocupação com as possíveis dificuldades de operacionalização da comissão caso o Senado não altere as normas internas para incrementar a produtividade da Casa.

Mais um instrumento de participação popular

A Constituição prevê que os brasileiros exercerão a soberania popular por meio do voto, direto e secreto, e por meio de outros três instrumentos legais: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

A iniciativa popular consiste na possibilidade de a sociedade apresentar projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por no mínimo 1% do eleitorado – hoje algo em torno de 1 milhão e 150 mil habitantes –, distribuído pelo menos por cinco estados. O projeto deve tratar de apenas um assunto e não poderá ser rejeitado por erros na forma.

O referendo popular é o mecanismo que prevê que projetos

de lei aprovados pelo Legislativo serão submetidos, diretamente, ao exame dos cidadãos, atendidos certos requisitos, tais como pedido de determinado número de eleitores, de certo número de parlamentares ou do próprio presidente da República.

Já o plebiscito, utilizado em regimes representativos, é o instrumento pelo qual se submete ao crivo da população um assunto específico, como, por exemplo, o sistema de governo.

A proposta da senadora Marina Silva (PT-AC), de criação da Comissão Permanente de Legislação Participativa, será mais uma forma de atuação dos brasileiros na prática legislativa.

Projeto dificulta renúncia como meio de evitar cassação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de resolução que modifica o Código de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução do Senado nº 20, de 1993) no que diz respeito ao processo de cassação do mandato de um senador. A matéria, substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) a proposta apresentada por Osmar Dias (PDT-PR), ainda será apreciada pela Comissão Diretora da Casa e pelo Plenário. Se aprovada, passará a fazer parte do Regimento Interno do Senado, em substituição ao Código de Ética.

Conforme explica Osmar Dias, o processo de cassação começa-

rá com a publicação, no *Diário do Senado*, do ofício em que o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar afirma conhecer a representação contra um parlamentar oferecida pela Mesa da Casa ou por partido político com representação no Congresso.

Publicado o ofício, o senador denunciado poderá até renunciar para fugir ao processo, mas perderá seus direitos políticos por oito anos, se o conselho o considerar culpado das acusações. Isso porque, segundo Osmar, o processo será entendido como o conjunto dos procedimentos, inclusive os investigatórios preliminares, da denúncia ou representação.

Relator tem mais prazo para reestimar as receitas de 2003

Segundo o deputado José Carlos Aleluia, os integrantes da Comissão de Orçamento poderão votar até quarta-feira a nova previsão, que será apresentada pelo senador Sérgio Machado

O relator-geral do Orçamento da União para 2003, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), pediu prazo até o início da próxima semana para apresentar uma proposta de reestimativa das receitas à Comissão Mista de Orçamento. A informação foi dada pelo presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), pouco depois de conversar com o relator. A reestimativa deveria ter ficado pronta ontem.

— O relator pediu mais tempo porque quer se sentir mais seguro sobre a reestimativa — disse ele.

O presidente da comissão acredita que até a próxima quarta-fei-

ra os deputados e senadores poderão votar a reestimativa de receitas proposta pelo relator.

No momento, o Comitê de Receitas da comissão examina com os técnicos das consultorias de orçamento da Câmara e do Senado como a disparada da inflação neste segundo semestre afetará a arrecadação federal prevista no projeto do orçamento enviado pelo Executivo ao Congresso. Os técnicos concluíram que as receitas “deverão crescer uns 10 bilhões de reais”, informou José Carlos Aleluia. Observou, no entanto, que caberá ao Comitê de Receitas decidir se aceita a reestimativa.

Nos últimos dias, jornais noticiaram que a reestimativa poderia aumentar as receitas da União em R\$ 12 bilhões, provocando reação tanto do atual governo quanto de integrantes da equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. O deputado José Dirceu (SP), presidente nacional do PT, afirmou que o Congresso não poderia elevar o salário mínimo dos atuais R\$ 200 para R\$ 240 usando para isso apenas a correção das receitas por conta da inflação.

No início da próxima semana, o relator Sérgio Machado informará ao plenário da comissão como pretende utilizar o dinheiro adici-

onal. Os dez relatores setoriais do Orçamento só poderão decidir que emendas podem ser aprovadas depois que Machado informar quanto de recursos cada um terá para redistribuir.

Além de reestimar a arrecadação, o relator-geral examina a possibilidade de incluir na arrecadação de 2003 uma receita condicionada — a manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, que deveria voltar a 25% no dia 1º de janeiro. Lideranças do PT pretendem incluir uma emenda a projeto em tramitação para manter a alíquota mais elevada.

Aprovados créditos suplementares para ministérios

O Congresso Nacional aprovou ontem a abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 150 milhões para o Ministério da Saúde, R\$ 8,7 milhões para empresas estatais federais e R\$ 10 milhões para o Ministério da Defesa. Os cinco projetos de lei com o detalhamento dos programas a que se destinam os créditos foram enviados à sanção presidencial.

Entre os programas do Ministério da Saúde que receberão suplementação orçamentária, estão o de qualificação profissional dos trabalhadores de enfermagem empregados em estabelecimentos de saúde e o de saúde suplementar para implantação do modelo normativo para as operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde. O Fundo Nacional de Saúde (FNS) foi contemplado com R\$ 79 milhões para os programas de Saúde da Família, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores, qualidade e eficiência do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros.

O Congresso também aprovou dois projetos de decreto legislativo autorizando a liberação de recursos para a recuperação de obras de infra-estrutura do aproveitamento hidroagrícola do Rio Balsamo (AL).

Hidrelétrica do Amapá pode receber verbas

As obras de ampliação da capacidade da Hidrelétrica de Coaracy Nunes, no Amapá, voltarão a receber dinheiro do Orçamento federal. A Comissão Mista de Orçamento concordou ontem em retirar a hidrelétrica da lista de obras com irregularidades depois que o Tribunal de Contas da União (TCU) informou que os problemas encontrados já foram resolvidos. A decisão será agora submetida ao Congresso.

A liberação de dinheiro havia sido suspensa assim que uma fiscalização preliminar do tribunal constatou irregularidades. Depois, a Eletronorte, responsável pela usina, explicou que não aplicara uma multa contratual por atraso da obra porque a culpa não cabia à empreiteira, mas à própria Eletronorte, que não repassara verbas a tempo. Outros problemas encontrados também foram explicados satisfatoriamente ao TCU.

Novo salário mínimo aguarda estudo do Comitê de Receitas

A fixação do novo salário mínimo em R\$ 220 está garantida constitucionalmente pela reposição da inflação, levando-se em conta o novo cálculo com base na evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias. Ele participou ontem de audiência na Comissão de Orçamento. A correção com base no INPC também faz parte das hipóteses de trabalho de parlamentares e técnicos da área de orçamento do Congresso Nacional.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG), integrante da comissão, confirmou a nova estimativa do salário mínimo e sugeriu que o reajuste para R\$ 240, com a possibilidade de um aumento real de 10%, deva ser incluído no projeto de lei do Orçamento para o próximo ano com suas destinações específicas (como nos gastos com aposentadorias, pensões, benefícios de prestação continuada, seguro-desemprego e abono salarial



Ministro Guilherme Dias compareceu a audiência na Comissão Mista de Orçamento

do funcionalismo).

O relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), preferiu esperar o resultado oficial do Comitê de Avaliação de Receitas da comissão, que está finalizando os seus trabalhos, para anunciar o aumento do salário mínimo que estará previsto na proposta orçamentária de 2003.

— O mínimo será superior aos R\$ 211 projetados pelo Executivo. Mas ainda não tenho condições de dizer qual o tamanho a que se vai chegar — disse ele, após a audiência do ministro.

Despesas com administração federal também serão revistas

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE), relator-geral do Orçamento, informou ontem ter solicitado ao ministro do Planejamento, Guilherme Dias, o envio dos gastos efetivos com o custeio da máquina pública federal este ano. Ele explicou que a comissão mista precisa avaliar o impacto da inflação ocorrida em 2002 sobre as despesas efetivas de custeio, que foram contingenciadas pelo governo. Ou seja, os gastos estão sendo bem inferiores aos valores orçados para o presente exercício.

A posição do relator é uma resposta ao próprio ministro, que alertou os integrantes da Comissão Mista de Orçamento, durante a audiência pública realizada ontem, para o impacto que a inflação efetiva deste ano deve ter sobre os gastos públicos federais em 2003. Segundo o ministro, eles devem ser reavaliados tanto quanto a arrecadação tributária que

está sendo reestimada pelo Comitê de Receitas. Machado disse que isso já está sendo feito, como, por exemplo, nas despesas que a Previdência terá com o novo aumento do salário mínimo.

O ministro se comprometeu a enviar ao deputado Jorge Bittar (RJ), líder do PT na Comissão de Orçamento, os dados referentes ao volume de restos a pagar, uma rubrica orçamentária que demonstra os valores empenhados em exercícios anteriores para contratação de fornecedores de bens e serviços ao setor público e que não foram pagos até agora. Guilherme Dias afirmou que usará o excesso de arrecadação deste final de ano para reduzir essas dívidas do setor público.

Dias também esclareceu a Bittar sobre os gastos da União com os ressarcimentos aos estados previstos na chamada Lei Kandir, que concedeu isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) às exportações brasileiras.

TEBET PROMETE APOIO A EMENDA QUE DESTINA RECURSOS À EDUCAÇÃO INFANTIL

O presidente do Senado, Ramez Tebet, garantiu ontem a um grupo de representantes de entidades dedicadas a promover a educação infantil (foto) empenho pessoal pela aprovação de emenda ao Orçamento de 2003 destinando R\$ 250 milhões para investimentos em creches e pré-escolas. A emenda foi apresentada pela Comissão de Educação, cujo presidente, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), acompanhou a audiência.

Tebet recebeu de Maria Lúcia Machado, da direção do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (Mieib), carta-compromisso apoiada por cerca de 20 mil assinaturas em favor da educação infantil.





Eduardo elogia conquistas do Tocantins e analisa resultado das eleições no estado

Eduardo destaca redução da dívida do Tocantins

O Tocantins é uma das quatro unidades da Federação que conseguiram reduzir suas dívidas com a União nos últimos 27 meses, segundo afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), citando matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*. Os outros três estados que reduziram seus débitos foram Acre, Amapá e Roraima.

Eduardo ressaltou que, desses estados, o Tocantins é o único que não foi território. Dos quatro, dois deles têm as folhas de pessoal ainda integralmente pagas pela União.

Matéria publicada pelo jornal *O Globo*, incluindo um *ranking* das capitais brasileiras, de acordo com a renda média dos chefes de família, também foi citada por Eduardo Siqueira Campos. Segundo o senador, a capital do Tocantins, Palmas, ocupa o 16º lugar no *ranking*, com uma renda de R\$ 791, superando cidades como Salvador, Belém, Fortaleza, Manaus e São Luís.

Outro assunto abordado por Eduardo foi o resultado da eleição no seu estado. Ele destacou que a coligação integrada por seu partido elegeu o governador, os dois senadores, os oito deputados federais e 18 dos 24 estaduais, e atribuiu o resultado às conquistas que os tocantinenses vêm obtendo por meio do trabalho do seu grupo político.

Eduardo criticou reportagem publicada em revista de circulação nacional prevendo que ele e seu pai renunciariam, respectivamente, aos quatro anos de Senado e ao governo do estado, para disputar a eleição. Como nenhum dos dois renunciou, ele cobrou uma retratação.

Em aparte, os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Lindberg Cury (PFL-DF) e Geraldo Melo (PSDB-RN) deram um testemunho da dedicação, disposição de luta e atuação destacada do senador pelo Tocantins. No início do seu pronunciamento, Eduardo comunicou que o senador recém-empossado Olivir Gabardo, suplente de Álvaro Dias (PDT-PR), filiou-se ao PSDB.

Comissão aprova uso do FGTS para compra de lote popular residencial

Projeto visa combater déficit habitacional, facilitando a aquisição de moradia. CAS também decidiu apreciar em bloco todas as propostas envolvendo a utilização de recursos do Fundo de Garantia

Com o objetivo de combater o déficit habitacional brasileiro e facilitar a compra da casa própria pelo trabalhador, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Magela (PT-DF) que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de lote popular de uso residencial.

O projeto, que segue agora para votação no Plenário do Senado, estabelece que a área a ser adquirida não poderá ultrapassar 250 metros quadrados e deverá estar localizada em parcelamento urbano aprovado pelo poder público

local. Além disso, o trabalhador não poderá possuir outro imóvel e o recurso liberado do FGTS não poderá ser superior a 80% do valor do lote.

O relator, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), manifestou sua convicção de que o projeto irá beneficiar milhões de brasileiros, mas defendeu que a utilização do FGTS para compra de lote somente seja permitida para o ti-



Mauro Miranda, relator, diz que o projeto beneficiará milhões de brasileiros

tuário de conta vinculada que conte, no mínimo, com três anos de trabalho. A sugestão de Mauro foi acolhida pelos membros da comissão.

Atualmente, a lei que regula o FGTS permite saques para aquisição de moradia já concluída, liquidação ou amortização do saldo devedor de financiamento concedido pelo Sistema

Financeiro de Habitação (SFH) e para pagamento das parcelas de recursos próprios de imóvel residencial em fase de construção.

Ainda ontem, a CAS aprovou requerimento do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) para que, em uma das próximas reuniões da comissão, sejam apreciados, em bloco, todos os projetos que se encontram em tramitação no colegiado sobre a flexibilização dos recursos do FGTS, entre os quais os que permitem o saque para a compra de microcomputador, para a aquisição de veículo ou para a amortização de financiamento a estudantes do ensino superior.

Empresas de asseio e conservação podem ter normas mais rígidas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável a projeto do Executivo que disciplina as atividades das empresas de asseio e conservação. O objetivo principal da medida é dar maior proteção aos profissionais do setor, que, segundo o Executivo, quase sempre são lesados em seus direitos mais elementares, em virtude da ausência de qualificação profissional e da baixa escolaridade. O projeto segue para apreciação do Plenário do Senado.

De acordo com o projeto, as empresas de asseio e conservação estarão obrigadas a contratar e manter apólice de seguro para garantir, em caso de insolvência, o valor necessário para o pagamento das verbas rescisórias dos empregados. O projeto também fixa em R\$ 120 mil o capital mínimo para que a empresa comece a funcionar.

O projeto obriga ainda a empresa a apresentar, mensalmente, aos seus contratantes (serviços terceirizados) os comprovantes de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e contribuições previdenciárias referentes ao mês anterior. O relator na CAS, senador Benício Sampaio (PPB-PI), foi favorável à aprovação do proje-



CAS acolheu proposta que objetiva proteger empregados do setor de asseio e conservação

to, alegando que os trabalhadores devem ser protegidos de empresários inescrupulosos que atuam no setor e chegam a transformar os empregados em verdadeiros bóias-frias urbanos.

Na mesma reunião, presidida pela senadora Marina Silva (PT-AC), a CAS aprovou parecer favorável a projeto de lei da Câmara que cria os conselhos federal e regionais de sociólogos. Caberá a essas entidades zelar pelo desempenho ético da profissão. O parecer aprovado, do senador Lindberg Cury (PFL-DF), aconselha o exame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de ir ao Plenário.

Os membros da CAS rejeitaram, na mesma reunião, projeto da Câmara que dispensava o administrador do pagamento de contribuições para o respectivo Conselho Federal, desde que o profissional não estivesse no efetivo exercício de suas atividades.

Ornélas critica veto à retirada de contas indevidas da Previdência

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) protestou ontem contra o veto do presidente da República a emenda de sua autoria que transfere o pagamento de benefícios da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por idade ou invalidez, e respectivas pensões de natureza assistencial, do INSS para o Tesouro Nacional.

— A RMV continua sendo paga pela Previdência. Trata-se de clara inadequação na classificação da unidade orçamentária, uma vez que não se trata de gasto previdenciário. Constitui despesa da ordem de R\$ 1,7 bilhão, conforme dados da lei orçamentária anual para o exercício de 2002, que “engorda” indevidamente o déficit do INSS — disse Waldeck Ornélas, que foi ministro da Previdência no atual governo.

O senador atribuiu o veto a recomendações do Ministério da Fazenda ou do Planejamento, “certamente por questões burocráticas”. No entanto, frisou, o objetivo da emenda, aprovada pelo Congresso e vetada pelo Executivo, era não permitir que contas indevidas permanecessem na rubrica da Previdência Social.

Ornélas lembrou que um dos argumentos mais citados pelas autoridades da área econômica contra a aprovação de aumentos mais significativos para o salário mínimo é o déficit da Previdência, estimado em mais de R\$ 12 bi-

lhões. No entanto, disse ele, além dos valores correspondentes à RMV, também oneram a Previdência mais de R\$ 8 bilhões de renúncia fiscal concedida legalmente pelo governo.

— A não ser que se mantenha o déficit de forma artificial justamente para usá-lo como argumento para conter o aumento do salário mínimo — disse o senador, que sugeriu a aprovação do Congresso para a concessão de renúncia fiscal.

BENEFÍCIOS

Waldeck Ornélas também chamou a atenção para proposta de emenda constitucional do senador Mauro Miranda que trata do valor mensal máximo dos benefícios do regime geral de Previdência Social, da qual ele é o relator.

Em seu parecer, Ornélas estabelece que, até que a lei discipline a matéria, o limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de Previdência deve ser fixado em R\$ 2.000, e não em dez salários mínimos, conforme o texto original.

Segundo o senador, a preservação e o aumento do poder aquisitivo dos beneficiários pagos pela Previdência Social não dependem de sua vinculação ao salário mínimo.

— Ao comparar os rendimentos de beneficiários em situação diferenciada perante a Previdência, o que precisamos considerar são as variações de preços e as políticas de reajuste dos valores dos benefícios — afirmou.

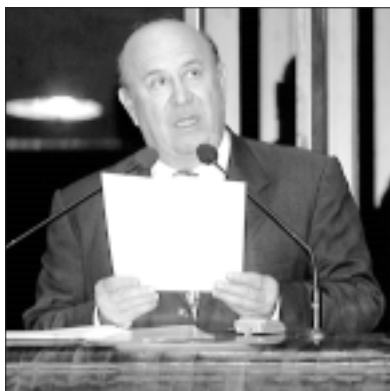
Suassuna defende maior inserção global do país

Para o senador, é necessário que o governo Lula busque não apenas resolver os problemas internos, mas também encontre soluções que garantam a participação do Brasil na comunidade internacional e nos avanços tecnológicos

Ao analisar os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) alertou ontem para a necessidade de o próximo governo não apenas tentar resolver os problemas internos do país, mas também encontrar soluções criativas para inserir o Brasil na comunidade globalizada e nos avanços da tecnologia de ponta.

— Espera-se que o novo governo também esteja empenhado em manter as três condições básicas para que o Brasil continue no caminho correto rumo ao destino grandioso que nos aguarda: a estabilidade monetária dentro das metas de inflação já pactuadas, o ajuste fiscal e o câmbio flutuante.

Para o senador, entre as correções de rumo que o governo Lula deverá buscar estão a substituição de importações e “uma cuidadosa queda dos juros” que possibilite o fortalecimento do setor pro-



Suassuna: Fernando Henrique será lembrado sobretudo pela estabilidade monetária e reforma do Estado

duativo. Ele defendeu maior agressividade no comércio exterior.

Sobre o atual governo, Suassuna observou que “o presidente Fernando Henrique deixará uma grande realização”: a estabilidade política e econômica em um período de turbulências mundiais. Ele também elogiou a coerência na condução da economia do país, a

normalidade política, a busca do desenvolvimento e a ampliação da oferta de serviços como saúde e educação.

Suassuna comentou que o governo Fernando Henrique será lembrado por muitos dos seus acertos, “mas sobretudo pela estabilidade monetária e reforma do Estado”. Segundo disse, o brasileiro não esquecerá que, antes da atual gestão, a escalada inflacionária resistiu a diversos planos.

— Do ponto de vista da administração pública, há que ressaltar a reestruturação das dívidas dos estados e municípios; a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal; e a elaboração de orçamentos públicos em bases reais.

Suassuna também registrou o ingresso do senador Luiz Otávio (PA) no PMDB, que agora passa a contar com 20 membros na Casa.

Tebet: é possível que posse de Lula seja em 6 de janeiro

O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse ontem que há grande possibilidade de a posse do futuro presidente da República ser em 6 de janeiro, e não no dia 1º como prevê a Constituição. Segundo afirmou, há consenso no Congresso para que a data seja



Acordo de lideranças deve garantir nova data, diz Tebet

remudada por meio de proposta de emenda constitucional (PEC).

— Tomei iniciativa, juntamente com o presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, de agilizar a votação da matéria. Vai ser uma vantagem para o país, pois daremos mais visibilidade à posse.

Quanto à relutância do presidente Fernando Henrique em relação à mudança, Tebet disse que a alteração é decisão do Congresso e que o presidente terá de cumprir-la. Ele explicou que, se Fernando Henrique não quiser permanecer no cargo, deverá ser seguida a sucessão normal da Presidência. Tebet observou, no entanto, que Fernando Henrique é quem

deve transmitir a faixa ao presidente eleito. O senador informou ter conversado com Lula sobre o assunto, que deixou a decisão a critério do Congresso.

Para Tebet, é inadiável a decisão sobre a data de posse do novo presidente da República, devido às medidas práticas a serem tomadas, como impressão de convites. Ele disse acreditar que o limite máximo é a próxima semana, e que está conversando com os líderes partidários para chegar a um acordo. Tebet já conversou inclusive com o presidente do PT, deputado José Dirceu (SP), sobre o tema.

Como a posse será no Congresso Nacional — a transmissão da faixa presidencial ocorrerá no Palácio do Planalto — Tebet, informou, vem sendo assediado por pessoas que desejam saber em que dia será o evento. As representações estrangeiras também cobram uma decisão, concluiu.

Simon lança hoje livro sobre a abertura política

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lança hoje dois livros no pavilhão central de autógrafos da 48ª Feira do Livro de Porto Alegre. A participação de Simon no evento já é tradicional e suas sessões de autógrafos são muito concorridas, já que a Feira é realizada num dos pontos mais movimentados da capital gaúcha, a Praça da Alfândega.

Um dos livros é intitulado *Anos de Transição*, que reúne discursos feitos pelo senador na tribuna do Senado no período de abertura democrática. Já o livro *Coerência e Responsabilidade* traz a atuação parlamentar do senador no primeiro semestre de 2002, com destaque para a luta pela candidatura própria do PMDB à Presidência, discursos em homenagem a Mário Covas e pronunciamentos para comemorar os 50 anos da CNBB e os 111 anos do Senado na República.

No ano passado, Simon levou para a feira o livro *Pasqualini — Textos Escolhidos*, coletânea de textos do teórico do trabalhismo.

Maguito apóia realização de audiências populares

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou ontem apoio à proposta do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, de realizar audiências populares no Palácio do Planalto. Ele repudiou os críticos que taxaram a ideia de “populista”. A medida, disse, tem grande significado social e político e reflete o jeito de ser do novo presidente.

— Se a vida toda Lula praticou o diálogo com a população, especialmente com os mais carentes, por que deixaria de fazer isso quando assumir a Presidência?

Para Maguito, o contato direto com o povo cria uma ponte direta com a sociedade, sem passar “pelo filtro de uma burocracia que às vezes emperra so-



Maguito: presidente eleito sempre dialogou com a população

luções”. Segundo ele, nessas audiências o governante pode conhecer muita coisa que esteja ocorrendo no país e que precisa de solução urgente.

— Não apenas sou favorável a essa iniciativa como acredito que o presidente deve ir mais longe.

Além de receber pessoas do povo em sua casa, deve sair pelo país, visitando os grotões de pobreza e as regiões de produção agrícola.

Como exemplo, Maguito lembrou que 60% das estradas brasileiras continuam em estado precário e que seria bom se o novo presidente e o seu futuro ministro dos Transportes trafegassem por essas estradas para conhecer a situação.

Congresso comemorará os 70 anos do voto feminino

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em parceria com a banca feminina do Congresso, lembrará no dia 27, às 18h, na biblioteca do Senado, os 70 anos do voto feminino, anunciou ontem a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Segundo informou, a solenidade faz parte das comemorações dos 111 anos do Senado Federal na República.

De acordo com a senadora, o evento terá a presença das parlamentares desta e da próxima legislatura, além de representantes do Movimento de Mulheres do Brasil. Haverá exposição de fotografias, objetos e documentos sobre o tema, e a TV Senado lançará documentário sobre a participação feminina na história da Casa.

A senadora também relatou as atividades já realizadas para co-



Segundo Emilia, evento terá fotos e objetos históricos

memoração dos 111 anos do Senado. Ela lembrou a criação da Universidade do Legislativo Brasileiro, o documentário que a TV Senado lançou em junho sobre a participação da Casa na vida política do país e a exposição *As Constituições na História da República*, mostra de documentos raros e inéditos.

Emilia informou ainda que foi lançado concurso nacional de redação sobre o papel da instituição na história do Brasil para alunos do ensino fundamental e médio. A Casa também criará, disse, o Prêmio Senado Federal na História do Brasil, voltado a estudantes universitários e pesquisadores. Em dezembro, afirmou, será lançada campanha que pretende resgatar a memória do Palácio Monroe, sede do Senado por 35 anos.